

## **ATIVIDADE: EXTRAÇÃO MINERAL.**

**LICENÇA PRÉVIA (LP);**

**LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

### **1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

### **2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

### **3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

### **4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

### **5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

### **6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

### **7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

### **8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

### **9 – Planta de localização**

Em cópias do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:

- a) Coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos), em SIRGAS2000;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;
- c) Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- d) Corpos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
- e) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.

### **10 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)**

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

### **11 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)**

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

### **LICENÇA PRÉVIA (LP).**

### **21 – Ficha de Cadastro**

Ficha de Cadastro (Form. 49) de atividades de extração mineral preenchida e assinada pelo representante legal.

Vinculada à NOP-INEA-29 (Norma Operacional para o cadastro de atividades de extração mineral) e aprovada pela Resolução INEA nº 115, de 14/05/2015.

Obs.: As coordenadas solicitadas deverão ser fornecidas em Sistema Geodésico SIRGAS2000, ao invés de SAD-69.

### **22 – Relatório de Controle Ambiental, contendo:**

- a) Descrição da atividade; e
- b) Levantamento dos aspectos e impactos provenientes da instalação e operação do futuro empreendimento.

### **LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI).**

### **12 – Ficha de Cadastro**

Ficha de Cadastro (Form. 49) de atividades de extração mineral preenchida e assinada pelo representante legal.

Vinculada à NOP-INEA-29 (Norma Operacional para o cadastro de atividades de extração mineral) e aprovada pela Resolução INEA nº 115, de 14/05/2015.

Observação: As coordenadas solicitadas deverão ser fornecidas em Sistema Geodésico SIRGAS2000, ao invés de SAD-69.

**13 – Nos casos de opção pelo Regime de Licenciamento junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Declaração de Prioritário emitida pelo DNPM e Licença Ambiental Específica da Prefeitura local; nos casos de opção de Concessão de Lavra, comprovação de aprovação do Plano de Aproveitamento econômico pelo DNPM.**

**14 – Plano de Controle Ambiental (PCA)**

Complementação do RCA com as medidas de mitigação dos impactos ambientais elencados no RCA, com os respectivos dimensionamentos de:

- a) Drenagem;
- b) Bacias de sedimentação;
- c) Sistemas de tratamento de esgoto sanitário; e
- d) Demais equipamentos de controle ambiental, com sua localização, projetos executivos, plantas, etc.

Anexar ao PCA, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, com a descrição da situação final da lavra e as medidas de reabilitação da mesma (com dimensionamento, plantas e projetos) descritas em um Plano de Ação com Cronograma de implementação.

Desmembrar o PCA em duas partes, separadas:

- a) De Instalação; e
- b) De Operação.

Deverá conter:

- a) Memorial descritivo;
- b) Histograma de mão de obra (da instalação);
- c) Esgotamento sanitário; e
- d) Abastecimento de água e energia elétrica, etc.

**15 – Projeto de acesso para a área e integração com o sistema viário do Município.**

**16 – Planta da área da poligonal, do terreno e da interseção das duas, com a tabela de pontos em coordenadas UTM SIRGAS 2000.**

**17 – Documentos técnicos para Autorização Ambiental para supressão de vegetação nativa**

Quando houver necessidade de supressão de vegetação.

**18 – Descrição de intervenção em Faixa Marginal de Proteção (FMP) no PCA**

Quando houver necessidade de intervenção em FMP.

**19 – Certificado de Registro do Departamento de Recursos Minerais (DRM) e Alvará Municipal.**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).**

**21 – Ficha de Cadastro**

Ficha de Cadastro (Form. 49) de atividades de extração mineral preenchida e assinada pelo representante legal.

Vinculada à NOP-INEA-29 (Norma Operacional para o cadastro de atividades de extração mineral) e aprovada pela Resolução INEA nº 115, de 14/05/2015.

Observação: As coordenadas solicitadas deverão ser fornecidas em Sistema Geodésico SIRGAS 2000, ao invés de SAD-69.

**22 – Nos casos de opção pelo Regime de Licenciamento junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Registro de Licença do DNPM; nos casos de opção de Concessão de Lavra, Portaria de Lavra.**

**23 – Certificado de Registro do Departamento de Recursos Minerais (DRM) e Alvará Municipal.**

**24 – Relatório de comprovação de atendimento de todas as condicionantes da Licença Ambiental anterior.**

**25 – Certidão Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos e/ou Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (se for o caso).**

**26 – Plano de Controle Ambiental (PCA)**

Deverá constar as medidas de mitigação dos impactos ambientais, com os respectivos dimensionamentos de:

- a) Drenagem;
- b) Bacias de sedimentação;
- c) Sistemas de tratamento de esgoto sanitário;
- d) Demais equipamentos de controle ambiental, com sua localização, projetos executivos, plantas, etc.; e
- e) Programas de monitoramento.

Anexar ao PCA, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, com a descrição da situação final da lavra e as medidas de reabilitação da mesma (com dimensionamento, plantas e projetos) descritas em um Plano de Ação com Cronograma de implementação.

**No Portal do Licenciamento ([portallicenciamento.inea.rj.gov.br](http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br)) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**